



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **21/06/2019**

Aprovado em: **02/07/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.25.02>

O DIREITO DE APRENDER NO TERRITÓRIO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR
NDÍGENA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL.

EIXO: 25. EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO DO SABER

TAYSA KAWANNY FERREIRA SANTOS

Esta pesquisa objetiva analisar a política da Educação Escolar indígena em Palmeira dos Índios, especificamente do povo Xucuru-Kariri localizado no território da Mata da Cafurna. Para tanto, foi necessário conceituar as políticas de educação escolar indígena no campo da pesquisa histórica e no âmbito do pensamento indígena; Identificar as políticas de educação escolar indígena no território da Mata da Cafurna e compreender de que maneira as políticas da educação escolar indígena tem efetivado uma proposta de educação diferenciada e descolonizada no âmbito do território da Mata da Cafurna. Este estudo orientou-se pela abordagem da pesquisa qualitativa em Educação e Tratou-se de um estudo de caso em que será adotada uma postura etnográfica de pesquisa, na intenção de valorizar a escuta, as observações e o respeito às práticas culturais.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar a política da Educação Escolar indígena em Palmeira dos Índios, especificamente do povo Xucuru-Kariri localizado no território da Mata da Cafurna. A pergunta que buscarei responder é: as políticas da educação escolar indígena tem efetivado uma proposta de educação diferenciada e descolonizada no âmbito escolar do território da Mata da Cafurna? Para tanto, minha investigação será construída a partir de uma etnografia a ser realizada na terra indígena, principalmente, por meio de entrevistas e dos documentos, que contou com a técnica de análise de conteúdo. Essa técnica possibilita a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto da comunicação exposta pelos participantes da pesquisa (BARDIN, 2004). O interesse da pesquisa está ancorado na subjetividade da minha história com os povos indígenas, cada vez mais presentes na medida em que me aproximo dos indígenas, de suas questões e demandas.

Analisar as políticas da educação escolar indígena e de que maneira tem efetivado uma proposta de educação diferenciada e descolonizada no âmbito escolar do território da Mata da Cafurna, significa, portanto, pensar a educação a partir dos indígenas. Para Fleuri (2001, p. 45) “a educação intercultural no contexto das lutas sociais contra os processos crescentes de exclusão social inerentes à globalização econômica propõe o desenvolvimento de estratégias que promovam o reconhecimento das diferenças”. No Brasil, a Educação Escolar Indígena tem a sua trajetória marcada pelas vivências dos povos indígenas para que suas memórias e suas histórias não sejam esquecidas.

Tem como objetivo geral: analisar a política da Educação Escolar indígena em Palmeira dos Índios, especificamente do povo Xucuru-Kariri localizado no território da Mata da Cafurna e como objetivos específicos: conceituar às políticas de educação escolar indígena no campo da pesquisa histórica e no âmbito do pensamento indígena; Identificar as políticas de educação escolar indígena no território da Mata da Cafurna e compreender de que maneira as políticas da educação escolar indígena tem efetivado uma proposta de educação diferenciada e descolonizada no âmbito do território da Mata da Cafurna.

Nos últimos anos, evidencia-se uma nova abordagem sobre os indígenas. Os estudiosos da temática passaram a compreender os indígenas como sujeitos sociopolíticos. Nesse contexto, destacam-se os estudos de Maria Regina Celestino de Almeida (2010), John Monteiro (1995), Manuela Carneiro da Cunha (1992), João Pacheco Oliveira (2011) e Gersem Baniwa (2006), este último um pesquisador indígena. Estes autores têm elaborado reflexões e provocado questionamentos sobre os povos indígenas no Brasil, nas Ciências Sociais e Humanas e, mais recentemente, na Educação. Ao articularem o ensino com as histórias das populações indígenas, os pesquisadores evidenciam as estratégias, as formas de resistências e as negociações entre os vários sujeitos sócio históricos.

A proposição que fundamenta esta pesquisa, além dela estar alicerçada numa trajetória de estudos por mim percorrida, evidencia-se como relevante para ruptura de um processo de silenciamento da história dos povos indígenas em Alagoas especificamente do território Xucuru-Kariri, podem se tornar um instrumento importante na resistência e na afirmação sociocultural indígena.

A proposta de estudar a política da Educação Escolar indígena em Palmeira dos Índios, especificamente do povo Xucuru-Kariri, localizado no território da Mata da Cafurna, desenvolveu-se durante a pesquisa do mestrado, que na ocasião, visitei o território e observei a ineficácia das políticas de educação, especialmente no que se referia ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, assegurados pela Constituição Federal aprovados em 1988.

A relevância deste estudo evidencia-se na perspectiva da possibilidade de contribuir com os processos de silenciamento no que se refere às políticas da educação escolar indígena e de que maneira tem se efetivado uma proposta de educação diferenciada e descolonizada no âmbito escolar do território da Mata da Cafurna, por meio da história e das memórias entre os Xucuru-Kariri

2. A HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

A abordagem comum sobre os povos indígenas no Brasil resulta de um jogo de poder desqualificando essas sociedades, considerando-as como incapazes de gerir os próprios destinos de forma autônoma. “A historiografia propagou a visão do indígena como um ser inocente, bestial, coitadinho, sem história e que caminhava para o seu desaparecimento”, na concepção de Varnhagem (MONTEIRO, 1995, p. 126). A partir da abordagem de Adolfo Varnhagem, historiador positivista, eurocêntrico e etnocêntrico do século XIX, consagrou-se uma percepção sobre os indígenas fundamentada em imagens preconceituosa e europeizada, ideias que se perpetuaram ao longo dos anos, uma vez que muitos indígenas não apresentavam mais as características físicas dos seus antepassados, de uma leitura sobre o indígena no passado colonial congelado.

No período da colonização portuguesa no Brasil, o modelo de educação predominante foi o ocidental, na perspectiva do colonizador e não do colonizado. Os conhecimentos dos povos indígenas ficaram desconhecidos e silenciados e as escolas serviam de instrumento para justificar uma suposta dominação total dos indígenas em benefício de um projeto de “civilização”. De acordo com Silva (2015, p. 81), “[...] uma civilização detinha conhecimentos, organização e inovações tecnológicas o que lhe diferenciava dos estágios da selvageria e barbárie. Essas ideias baseadas no evolucionismo eram profundamente etnocêntricas”. Nesse sentido, os indígenas eram considerados como inferiores ou incapazes nessa sociedade considerada “evoluída”.

A partir da década de 1970, os índios representados por suas lideranças começaram a discutir sobre sua existência, fortalecendo suas reivindicações e um movimento. Isso estimulava outros povos a participarem e retomarem suas práticas socioculturais, assumindo-as publicamente, pois continuavam a praticar seus rituais até então silenciados.

O estudo sobre os povos indígenas de Alagoas aumentou nos últimos 30 anos em decorrência das ações de outros grupos organizados que se mobilizam por melhores condições de vida e resistem aos processos de silenciamento de suas histórias. Ferreira (2011, p. 48) lembrou ser possível e lamentável afirmar que “os indígenas que ocuparam o território alagoano desde o período de perseguição e ‘fugas’ se estenderam sistematicamente até as décadas de 1970 e 1980”, período quando os indígenas juntaram-se a outros movimentos sociais, com apoio de ONG’s e do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) para reivindicarem, a princípio, a terra. Logo surgiram outros pontos em pauta, relacionados ao movimento indígena no Brasil, como por exemplo, as mobilizações por uma educação específica e diferenciada.

Contudo, na Constituição Federal aprovada em 1988 e atualmente em vigor, o direito para que as diferenças étnicas sejam reconhecidas em todo o território brasileiro precisou ser imposto pela Lei. Trata-se de um direito que se estende aos territórios tradicionais ao considerar as diferenças e as particularidades de cada grupo étnico para o ensino nas escolas dos territórios indígenas. E, além disso, garante-se atenção específica, respaldada nas diferentes culturas e na plenitude dos direitos e interesses dos povos indígenas.

A Educação Escolar Indígena no Brasil ganhou impulso com a resignificação dos conteúdos curriculares, sobretudo, a partir da necessidade de respeitar a diversidade cultural existente no país, segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena (RCNEI), publicado em 1998. As discussões sobre a interculturalidade foram inseridas no cenário brasileiro como importantes para promover o diálogo entre os indígenas e a sociedade, de maneira que se percebam as diferenças não como sinônimos, mas como pensamento plural.

Em Alagoas, destaco o papel do antropólogo Clóvis Antunes/UFAL (1984), que publicou duas obras importantes: *Wakóna-Xukuru-Kariri* e também *Índios de Alagoas: documentário*, retomando as discussões sobre povos indígenas no Estado, incluindo os Xukuru-Kariri e os Kariri-Xocó. Esses estudos buscaram evidenciar os movimentos dos sujeitos indígenas nos diferentes processos

históricos. Contudo, entendo que o conhecimento histórico é temporal, parcial e estará sempre em construção e em movimento. Um conhecimento sempre aberto a novas leituras e interpretações. Nesse sentido, a história indígena deve ser considerada como movimento, pensada a partir de suas permanências e transformações internas em interação com outros grupos humanos sem perder de vista suas especificidades.

A partir de uma pauta de reivindicações do movimento indígena em Alagoas, ocorreram conquistas: “Após grandes debates, em 2003, a educação mantida pela FUNAI foi estadualizada; atualmente há 17 escolas distribuídas em nove povos indígenas em Alagoas, passaram a integrar funcionários, professores e passaram a ser indígenas” (FERREIRA, 2013, p. 172).

A resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 05/2012 definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, apontando que, os/as professores/as e funcionários/as atuando na escola indígena devem ser indígenas, com formação adequada para construir conhecimentos considerando as experiências de cada povo como significativas para suas existências.

Para Oliveira R. C. (1996, p. 17), “os índios no Nordeste foram considerados misturados aos nacionais pelo governo provincial e tiveram seus aldeamentos extintos na segunda metade do século XIX”, período em que a execução da política indigenista imperial esteve sob a incumbência da Diretoria Geral dos índios, em Alagoas Direção Geral dos Índios. Com o advento da República, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com a finalidade de atender às necessidades do desenvolvimento econômico, tendo em vista os conflitos entre os índios e as frentes de expansão da sociedade nacional com a construção de estradas, instalações de linhas telegráficas, etc. A atuação deste órgão no Nordeste ocorreu a partir do final da década de 1920 com a instalação de Postos Indígenas (PI): uma história que foi marcada pelo reconhecimento da permanência dos povos indígenas habitantes em locais de antigos aldeamentos, depois da sua extinção (SILVA, 2012).

Do final do século XIX ao início do século XX, as elites e o Estado produziram uma invisibilidade dos povos indígenas em Alagoas. Pesquisas e estudos sobre esse período são fundamentais para se compreender a reconfiguração geopolítica nos anos seguintes pelos atuais povos indígenas em Alagoas.

A delimitação temporal e geográfica do estudo estar ancorada no que se compreende a Educação Escolar Indígena que ganhou outros olhares a partir da década de 90 em que os discursos acerca de uma educação diferenciada, intercultural, bilíngue passaram a ocupar as discussões educacionais.

3. A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A INTERCULTURALIDADE

A Constituição Federal de 1988, afirma que a Educação é um direito público subjetivo, sendo responsabilidade do Estado a sua oferta gratuita. Desse modo, o poder público não pode se furtar da responsabilidade da educação gratuita, inclusive para aos povos indígenas, para as quais a Lei assegura, também, um tratamento diferenciado. A educação é um processo que ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e instituições próprias de cada cultura, a Constituição reconhece em relação aos indígenas, no Artigo 231, “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”, e no Artigo 210, § 2º “utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Nas escolas indígenas deve perpassar pelo ideário que se de educação dentro do espaço escolar e fora dele, vinculando-se a uma perspectiva de autonomia nas propostas, decisões e condução das políticas educacionais pensadas a partir dos indígenas. Como as políticas da educação escolar indígena tem efetivado uma proposta de educação diferenciada e descolonizada no âmbito escolar do território da Mata da Cafurna?

Para responder ao problema da pesquisa, partiremos das seguintes hipóteses de pesquisa: que as

políticas públicas, embora tenham contribuído para um avanço (lento) não efetivam uma educação diferenciada nas escolas indígenas, as quais acabam seguindo o currículo das escolas dos não indígenas e as escolas indígenas de Alagoas somente merecerão a denominação e o status especial que a lei lhes confere se estiverem desenvolvendo uma pedagogia escolar que se ancora nas práticas quotidianas dos povos a que se destinam.

O processo de elaboração deste estudo no âmbito da Educação Escolar Indígena envolve os vários agentes sociais: o povo indígena e o próprio Estado, por meio da análise de documentos, como a Constituição Federal aprovada em 1988 e em vigor, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Porém, na pesquisa, irei analisar a política da Educação Escolar indígena em Palmeira dos Índios, especificamente do povo Xucuru-Kariri localizado no território da Mata da Cafurna. Evidenciando de que maneira as políticas da educação escolar indígena tem efetivado uma proposta de educação diferenciada e descolonizada no âmbito do território da Mata da Cafurna. Também procurei identificar as políticas de educação escolar indígena no território da Mata da Cafurna através produção do saber histórico e a mobilização desse saber no processo de ensino na Educação Escolar Indígena.

Uma das fontes consideradas importantes para entender a história indígena em Alagoas são as falas e os “relatórios provinciais das Alagoas”. Essas fontes de pesquisa são úteis para entender o contexto social e político da época, principalmente no que se refere à extinção dos aldeamentos existentes na província.

Os relatórios representam bem mais do que uma simples atividade de rotina e é, justamente por isso, que é uma retórica enunciativa para compreender o período da extinção dos aldeamentos como uma representação de acelerar o processo de integração dos índios, principalmente de seus territórios, à sociedade nacional.

Desse modo, quando o indígena aparece nas falas e nos relatórios, surge sublinhado, justamente, o contraste entre os interesses dos índios e do senhorio. Assim, tudo flui, imediatamente para o problema da terra. É claro que o problema das relações não se esgota na terra, mas a torna argumento central. É nesse rumo que se constrói o ponto de partida da destruição da vida indígena.

Na documentação publicada nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), os indígenas Kariri-Xocó e Xucuru-Kariri foram constantemente mencionados. Os textos de Carlos Estevão de Oliveira em 1942 (OLIVEIRA, 1942) e Clovis Antunes, na década de 1980 (ANTUNES, 1984), marcaram um momento importante na escrita sobre os povos indígenas em Alagoas. Posteriormente, surgiram novos relatos em que foi citado o povo indígena Wassu-Cocal, habitante no município de Joaquim Gomes. Nessa mesma época, foram referenciados os Jiripancó em Pariconha, no Alto Sertão alagoano. Das décadas de 1980 a 2000, outros povos indígenas foram oficialmente reconhecidos, somando os atuais 12 povos indígenas em Alagoas.

O conhecimento histórico é temporal, parcial e estará sempre em construção e movimento. O conhecimento deve estar sempre aberto a novas leituras e interpretações. Nesse sentido, a história indígena em Alagoas deve ser considerada como movimento, pensada a partir de suas permanências e transformações internas, com os povos indígenas interagindo com outros grupos humanos, sem perder de vista as especificidades dos indígenas.

Segundo Almeida (1999, p. 205), “a historiografia alagoana, quando se formaliza, trabalha o índio como elemento que não estava no cenário político”. Ao que tudo indica, esse movimento ocorreu em nível nacional. E o resultado desse processo foi semelhante para os setores populares de nossa sociedade, porque, como afirmou Mariano (2006, p. 42-43), “a historiografia didática acompanhou as discussões teóricas sobre a temática indígena que povoaram a mente de cronistas e viajantes do século XVI, de pensadores do oitocentos até a contemporaneidade”.

O não (re)conhecimento dessa situação, implica, por exemplo, na falta de legitimação, por parte da sociedade civil, quanto à condição da identidade étnica dos índios em Alagoas, reivindicada até então. Almeida (2010, p. 20-21) ressalta que “ser ou não ser índio implica ganhar ou perder direitos, e isso não acontece apenas em nossos dias”.

4. O CENÁRIO, A METODOLOGIA E OS SUJEITOS DA PESQUISA.

A abordagem metodológica adotada neste estudo ancora-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, priorizando as descrições nas Ciências Humanas, caracterizando de que maneira os indivíduos ou grupos representam as formas e os significados dos discursos ou até mesmo o que estão pensando ou dizendo; ou seja, algo a ser decifrado e restituído quanto à veracidade que representa. Para compreender a pesquisa no campo das Ciências Humanas é necessário entender que, diferentemente das outras ciências, este campo do conhecimento não recebeu um domínio já delimitado ou dimensionado, mas priorizou compreender de que maneira os grupos sociais e os indivíduos utilizam suas formas e significados e compõe os seus discursos.

Por ser uma pesquisa qualitativa, objetivando análise dos dados está alicerçada nas concepções de Bardin (2004) que estabelece a definição de análise de conteúdo, enquanto método torna-se um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas” (BARDIN, 2004, p. 37). Este “[...] procedimento de pesquisa, no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento” (FRANCO, 2012, p. 8) permitindo um estudo minucioso da fala dos entrevistados, que segundo Bardin (2004, p. 38) “[...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre a qual debruça”.

O interesse pelo referido método não está na simples descrição dos conteúdos, mesmo sendo a primeira etapa necessária para se chegar à interpretação, mas em como os dados puderam contribuir para a construção do conhecimento em relação as políticas educacionais para a educação escolar indígena.

O estudo de caso contribui para que os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade sejam mais bem compreendidos. É uma ferramenta utilizada para se entender à forma e os motivos que levaram a determinada decisão.

Conforme André (2005, p. 42), “o estudo de caso etnográfico possibilita uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade complexa; por outro lado, demanda um trabalho de campo intenso e prolongado, o que requer tempo e recursos por parte do pesquisador”.

Neste estudo de caso, a adoção da postura etnográfica, valorizando a escuta, as observações, o respeito às práticas socioculturais diferentes de práticas não indígenas. Será, portanto, um dos aspectos teóricos importantes na composição da metodologia utilizada durante esta pesquisa, uma vez que possibilita caracterizar o lugar vivido pelos indígenas Xucuru-Kariri. Desse modo, descrever um sistema de significados socioculturais daquele povo indígena, com uma preocupação em pensar as aprendizagens um contexto sociocultural amplo, nas casas, igreja, escola, enfim, no território indígena como um todo. Nesse sentido, o estudo etnográfico contribui significativamente para pensar a escola a partir das observações do cotidiano escolar e extraescolar dos agentes envolvidos. Portanto, a etnografia é bem mais que uma técnica de coleta de dados, porque proporciona à pesquisa a construção conjunta de dados a partir da interação com os pesquisados.

Nesta pesquisa os instrumentos utilizados será um questionário semiestruturado, gravador e um diário de campo. O diário de campo é um componente clássico da etnografia e sua função merece ser esclarecida. É no diário de campo que se apresenta a reflexividade da pesquisa etnográfica. É nesse

momento de escrita confessional que o pesquisador vai revelando seus estranhamentos e suas impressões. Ao mergulhar no mundo estranho do “outro”, o etnógrafo acaba descobrindo seu próprio universo simbólico. Ao entrar em contato com outras concepções, o pesquisador passa a questionar suas verdades e seus valores. Também é aí que ele vai começar a mostrar o outro desde si, a fazer as primeiras interpretações e inferências sobre os sujeitos pesquisados.

Partindo da ideia de que esse processo se encontrava relacionado ao âmbito particular da elaboração de uma história nacional e local, no conjunto de uma série de políticas indigenistas, ambas desprovidas de projetos do Estado. De acordo com Ferreira (2016, p. 20), “no Nordeste foi seguida a mesma lógica em que as escolas indígenas serviriam para formar os índios como massa de trabalhadores rurais para a mão de obra regional e nacional, no ‘grande projeto’ da década de 1930 (Governo Vargas) de interiorizar o Estado”.

O cenário da Educação Escolar Indígena expressa a construção de uma identidade diferenciada; constituindo-se como veículo de socialização cultural, local de tomada de consciência de aprendizado das mobilizações pelas conquistas dos direitos sociais históricos, ou, de modo geral, para o fortalecimento do movimento indígena. Nesse sentido, os/as professores/as indígenas transitam entre os mundos do povo e da sociedade nacional para que as memórias estejam presentes no cotidiano escolar. A necessidade de demarcar a *Escola indígena diferenciada* faz parte das relações e intenções das diferenças sociopolíticas.

Dessa forma, o processo de reconhecimento de uma Educação Escolar Indígena diferenciada assume um papel importante, ao defender os interesses indígenas por meio de uma mediação intercultural presente nos projetos das escolas diferenciadas, pautados em “resistências políticas e lutas que trazem outras epistemologias, outras pedagogias de libertação, de superação desses padrões abissais” (ARROYO, 2012, p. 18). A análise do contexto da Educação Escolar Indígena diferenciada e intercultural exige perceber as condições de ser docente, além dos conhecimentos necessários para o processo de resistência.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste artigo o direito de aprender no território através das políticas de educação escolar indígena em Palmeira dos Índios foi analisado a discursões acerca das políticas públicas. Para tanto, me propus a conceituar as políticas no campo da pesquisa histórica e no âmbito do pensamento indígena; identificar as políticas de educação escolar indígena no território da Mata da Cafurna e compreender de que maneira as políticas da educação escolar indígena tem efetivado uma proposta de educação diferenciada e descolonizada no âmbito do território da Mata da Cafurna.

Procurei compreender como essa construção vincula-se ao pensamento indígena.. Acredito que a escola indígena tem um papel fundamental na afirmação das identidades étnicas, contribuindo para a história dos povos indígenas, principalmente por meio do trabalho com as políticas pensadas a partir do indígena.

A pesquisa será realizada a partir dos pressupostos da pesquisa qualitativa em Educação, com a abordagem da história cultural e da análise de conteúdo, objetivando como sujeitos autores de sua história. O tipo de pesquisa realizada foi o estudo de caso por se tratar de um estudo em profundidade, cujos resultados referem-se a esse grupo em específico. Na pesquisa de campo postura etnográfica possibilita a escuta dos sujeitos envolvidos na construção dessas políticas.

Nesse sentido, refletir sobre a presença dos povos indígenas na História do Brasil e particularmente em Alagoas, e, em especial, sobre a trajetória do povo Kariri-Xocó, a partir da chamada nova história indígena em que se busca conhecer ações e interpretações de sujeitos, diante de diversas situações ao longo da História do Brasil. Entendo que as ações dos povos indígenas devem ser observadas a partir de suas experiências socioculturais e específicas. Uma análise nesse sentido só se tornou viável com

a recusa da noção de cultura estática, que engessa as ações dos sujeitos históricos. Para isso, foi necessário aproximar-me da História, da Antropologia e do pensamento indígena no que se refere à Educação Escolar Indígena diferenciada e intercultural.

Para compreender as políticas educacionais, é necessário analisar por meio dos processos de reconhecimento de uma educação pensada a partir dos indígenas, em que a escola é apresentada como promotora das transformações individuais e sociais.

O conceito de memória no campo da pesquisa histórica e no âmbito do pensamento indígena foi um dos aspectos para pensar a Educação Escolar Indígena diferenciada e intercultural, pois como afirmou Halbwachs (2003) a memória coletiva é um elemento essencial para o entendimento dos processos históricos entre grupos “[...] essas lembranças existem para todo o mundo nesta medida e é porque podemos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de recordá-las a qualquer momento e quando desejamos” (HALBWACHS, 2003, p. 67).

Apesar das políticas de reconhecimento dos territórios indígenas se utilizarem da memória coletiva como instrumento de legitimação, nesse processo, a memória coletiva foi analisada, não de forma totalitária, mas no sentido de visibilizar as referências até então desprezadas pelas posturas ideológicas impostas ao povo Xucuru-Kariri.

Nessa perspectiva, a escola tem um papel de destaque no território, sendo um dos principais meios para pensar o sentimento de pertencimento e para a afirmação da identidade do povo. Identidade que não pode ser silenciada através do tempo.

Estudar o povo Xucuru-Kariri significa considerar as relações construídas por indígenas e não indígenas, observando as suas especificidades para que se possa evidenciar a sensibilidade d presentes no cotidiano do povo em estudo, compreendendo que a memória é um dos aspectos que contribuem para pensar historicamente os povos indígenas. Nesse sentido, a Escola é um campo fértil para pensar nas memórias vivenciadas pelos mais idosos e principalmente, pelas ceramistas presentes na pesquisa: “[...] nas lembranças de velhos aparecem e nos surpreendem pela sua riqueza o velho de um lado busca a confirmação do que se passou com os seus coetâneos em testemunhos que investiga, pesquisa, confronta esse tesouro que o guardião” (BOSI, 1994, p. 83). Considerar as memórias como parte da Educação Escolar Indígena e diferenciada, significa considerar o protagonismo indígena, em que suas memórias são expressas e evidenciadas para pensar os aspectos socioculturais do povo indígena em relação com os outros.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas**: documentário. Maceió: EDUFAL, 1984.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 20 -160.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). **Os índios nas falas e relatórios dos Presidentes da Província das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ANDRÉ, Marli E. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BANIWA, Gersem. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **O Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. **Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10806-pecb013-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 . Acessado em 12 de julho de 2017.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, v. 134, n. 248, Seção I, p. 27.834-27.841. Brasília. DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: www.senado.gov.br/legislacao/const/ . Acesso em 06/02/2019.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FERREIRA, Gilberto Geraldo. Terra, escolarização e educação como processo de formação para os

Xucuru-Kariri. In: ALMEIDA, Luiz Sávio *et al.* (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 172.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). (Tese Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. Lembranças de Antônio Celestino: Pajé Xucuru-Kariri. In: ALMEIDA, Luiz Sávio *et al.* (Orgs.). **Índios de Alagoas: memória, educação, sociedade**. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 23.

FLEURI, Reinaldo Marias. Desafios à Educação Intercultural no Brasil. **Revista Educação, Sociedade e Cultura**, n. 16, 2001, p. 45.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Série Pesquisa, v.6. 4. ed. Brasília, Liber Livro, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 46. ed. São Paulo: Global, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de História do Brasil**. (Dissertação de Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores do 1º e 2º graus. Brasília: MEC/Unesco, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, nº 1, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. **O ossuário da “Gruta-do-Padre” em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SILVA, Edson. Os índios e a civilização ou a civilização dos índios? Discutindo conceitos, concepções e lugares na história. **Boletim do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 10, nº 1, 2015.

SILVA, Edson. Xukuru: A conquista do Posto. O início da atuação do SPI entre os Xukuru de Ororubá (Pesqueira/PE). In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.). **Memória dos SPI**: textos, imagens e documentos sob o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2012.